



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 13, v. 2 mai.-out. 2020

p. 132-150.

O conto da Aia: o corpo feminino e a existência lésbica como agente de resistência

(*El cuento de la criada: el cuerpo femenino y la existencia lésbica como agente de resistencia*)

(*The Handmaid's Tale: the female body and the lesbian existence as an agent of resistance*)

Isadora Ebersol¹

Denise Marcos Bussoletti²

RESUMO: Tendo por base o debate em torno do controle dos corpos e sexualidade feminina, bem como a ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres, este trabalho busca analisar a existência de personagens lésbicas na obra de literatura *O conto da Aia*, publicado em 1985 pela escritora canadense Margaret Atwood, bem como na série de televisão homônima lançada em 2017 nos EUA. Sendo uma das poucas obras que analisam a interseção entre política e sexualidade, *O conto da Aia* nos permite transitar e refletir por entre distopia e realidade através da consolidação de um golpe de Estado que instaura uma teocracia totalitária Cristã chamada “Gilead”. Observou-se neste trabalho que as personagens lésbicas representam os agentes de resistência dentro da narrativa e concluiu-se que a existência lésbica carrega o poder desarticulador da realidade social-política heterocentrada baseada no controle sexual em que as mulheres estão inseridas, podendo representar um empoderamento feminino de modo geral.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Existência lésbica. Feminino. O conto da Aia. Sexualidade.

Abstract: Based on the debate over the control of women's bodies and sexuality, as well as the idea of heterosexuality as a political institution that takes power away from women, this study analyzes the existence of lesbian characters in the book *The Handmaid's Tale* published in 1985 by Canadian author Margaret Atwood, as well as in the homonym television series launched in 2017 in the USA. As one of the few works analyzing the intersection between politics and sexuality, *The Handmaid's Tale* allows us to transit and reflect between dystopia and reality through the consolidation of a *coup d'état* that establishes a totalitarian Christian theocracy called “Gilead”. The lesbian characters were shown to represent agents of resistance in the narrative and lesbian existence within the narrative carries the disarticulating power of heterocentered social-political reality based on the sexual control of women, and thus they represent female empowerment in general.

Keywords: Body. Lesbian existence. Female. The Handmaid's Tale. Sexuality.

Resumen: Con base en el debate sobre el control de los cuerpos y la sexualidad femenina, así como la idea de la heterossexualidad como una institución política que retira el poder de las mujeres, este trabajo busca analizar la existencia de personajes lésbicos en la obra de literatura *El cuento de la criada*, de la escritora canadiense Margaret Atwood, publicada en el 1985, así como en la serie de televisión homónima lanzada en el 2017 en Estados

¹ Doutoranda em Educação (PPGE/UFPel), Mestre em Artes Visuais (PPGAV/UFPel) e Bacharel em Cinema e Animação (UFPel). Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa: Narrativas, Arte, Linguagem e Subjetividade – GipNals e bolsista CAPES. isadora.ebersol@gmail.com

² Doutora em Psicologia (PUCRS), professora titular (PPGE/UFPel) e coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa: Narrativas, Arte, Linguagem e Subjetividade – GipNals. denisebussoletti@gmail.com



Unidos. Una de las pocas obras que analiza la intersección entre política y sexualidad, *El cuento de la criada* nos permite transitar entre y reflexionar sobre la distopía y la realidad por medio de la consolidación de un golpe de estado que instaura una teocracia totalitaria cristiana llamada “Gilead”. Se observó en este trabajo que los personajes lésbicos representan a los agentes de resistencia dentro de la narrativa y se concluye que la existencia lésbica lleva el poder desarticulador de la realidad social-política heterocentrada basada en el control sexual en el cual las mujeres están insertas, lo que puede representar un empoderamiento femenino de un modo general.

Palabras clave: Cuerpo. Existencia lésbica. Femenino. El cuento de la criada. Sexualidad.



1. Introdução

A ideia de que o pessoal é político, como Carol Hanisch propôs em seu artigo originalmente publicado na coletânea *Notes from the Second Year: Women's Liberation* em 1970, partiu da reflexão sobre a dualidade opositiva entre as esferas pública e privada. Isso impulsionou a noção de que relações familiares, afetivas, sexuais e domésticas também poderiam refletir relações de poder e opressão em que mulheres estariam sendo subjugadas (SARDENBERG, 2018). A consciência das origens sociais dessa opressão culminou em estratégias coletivas dos grupos de mulheres da chamada 'segunda onda' feminista. A união entre mulheres que vivenciavam individualmente situações afetivas e familiares muito parecidas foi determinante na luta contra o patriarcado na sociedade estadunidense daquela época, colocando na pauta política questões consideradas de cunho pessoal, como direitos reprodutivos, maternidade e sexualidade.

Expressão mais íntima das individualidades, o corpo foi um importante alvo do controle social e território primeiro na construção de relações de poder nos mais distintos momentos da história. Na perspectiva feminina, este controle se dá de forma ainda mais severa. Historicamente, o corpo das mulheres foi controlado e castrado, principalmente para atender aos padrões da sociedade patriarcal fundamentada nos pilares da família e do casamento orientado para a heterossexualidade.

O conto da Aia, romance da autora canadense Margaret Atwood publicado originalmente em 1985, cria uma realidade distópica na qual o controle dos corpos femininos acontece de forma muito mais literal. Sendo uma das poucas obras que analisam a interseção entre política e sexualidade, *O conto da Aia* nos permite transitar entre distopia e realidade através da consolidação de um golpe de estado que derruba o governo dos Estados Unidos e instaura em seu território uma teocracia totalitária Cristã chamada "Gilead". O romance de Atwood inspirou também a criação da série de televisão homônima, *The Handmaid's Tale*, que estreou em 2017 nos Estados Unidos. Até o momento da publicação deste artigo, a série de autoria de Bruce Miller já possui três temporadas.

No contexto da fundação da "República de Gilead", a maioria das pessoas havia se tornado infértil. As mulheres foram, então, divididas entre férteis e não-férteis. As que ainda possuíam a capacidade de gerar crianças são transformadas em "Aias", servas sexuais e



reprodutivas cuja finalidade era gerar filhos para os Comandantes do alto escalão de “Gilead” com o consentimento e participação de suas esposas. O romance é narrado pela protagonista Offred, uma das Aias designadas ao Comandante Fred Waterford.

Em “Gilead”, não só as Aias têm seus corpos e sua sexualidade subjugados e controlados totalmente pelo Estado, como todas as mulheres perderam direitos e autonomia, incluindo os direitos de estudar, ler, escrever, possuir empregos ou andar sozinhas nas ruas. Nesse contexto, é de se esperar que a homossexualidade não seja tolerada, em especial com relação às mulheres. No entanto, lésbicas que ainda são férteis são mantidas em “Gilead”, pois seu corpo ainda é útil ao Estado na geração de novas crianças para a República.

Partindo, portanto, do debate em torno do controle dos corpos e da sexualidade feminina e da ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres (RICH, 2010), este artigo propõe analisar o arco narrativo de duas personagens assumidamente lésbicas durante a primeira temporada da série em seus momentos de controle/repressão e em seus momentos de resistência: Moira e Emily (esta última também chamada de *Ofglen/Ofsteven*). Observou-se neste trabalho que as personagens lésbicas representam os principais agentes de resistência dentro da narrativa e concluiu-se que a existência lésbica carrega o poder desarticulador da realidade social e política heterocentrada baseada no controle sexual na qual as mulheres estão inseridas, podendo representar um empoderamento feminino de modo geral.

2. A sociedade de “Gilead” e o controle dos corpos femininos

As distopias causam mais medo quanto mais próximas possam se encontrar da realidade que se anuncia. Caricaturas dotadas daquilo que a sociedade prefere não ver, mas está lá. A “República de Gilead” nasce da interseção entre tendências presentes tanto no contexto da década de 1980, em que o livro foi originalmente publicado, quanto ainda hoje em diferentes medidas.

No contexto narrativo *pré-gileadeano*, há uma significativa queda da taxa de natalidade na maioria das sociedades caucasianas. Acredita-se que a infertilidade possa ser causada pela confluência de diversos fatores, dentre eles as doenças sexualmente transmissíveis, o desenvolvimento de tecnologias nucleares que liberam altos níveis de radiação e resíduos tóxicos, vazamento de armas químicas e biológicas, bem como a poluição industrial e a degradação ambiental decorrente de todo esse processo. A realização de abortos e o crescente



uso de métodos contraceptivos também são mencionados como possíveis causas do ‘castigo divino’ incidente sobre os humanos.

Nesse contexto geopolítico, há a ascensão do fundamentalismo religioso ultraconservador que planeja livrar a sociedade da maldição da infertilidade, acusando a degeneração moral e sexual da sociedade moderna como causa da punição divina que paira sobre todos. Um grupo fundamentalista de reconstrução Cristã intitulado “Filhos de Jacó” lidera um ataque terrorista que mata o Presidente e boa parte do congresso dos Estados Unidos, suspendendo a constituição com o pretexto de restaurar a ordem. Com a constituição suspensa, direito algum é garantido e o grupo se estabelece como governo de um único estado centralizado após a divisão federativa ser abolida. O novo modelo de sociedade é logo estruturado e, nele, mulheres já não têm nenhuma autonomia, nem mesmo os direitos mais básicos sobre seu próprio corpo. Acreditava-se que um retorno aos papéis sexuais tradicionais com base em uma visão teocrática ultraconservadora faria com que a humanidade fosse livrada do seu possível futuro de extinção.

A ascensão de movimentos fundamentalistas de extrema-direita, segundo várias interpretações, é uma reação às diversas promessas não cumpridas da modernidade. Ao tentar substituir a razão divina pela razão científica após o Iluminismo, a modernidade deixou um espaço que não foi substituído totalmente pela ciência. É nesse espaço que o fundamentalismo religioso opera e se fortalece: “O fundamentalismo é o oposto dialético do Iluminismo e as suas formas são tipos diversos de fuga da Modernidade” (PEREIRA, 1992, p.208). O autor classifica essa situação como um “êxodo interrompido” (1992, p.214) da modernidade e o fundamentalismo seria o fantasma que paira sobre mundo moderno.

No entanto, em *O conto da Aia*, bem como em muitos países da nossa sociedade atual, o fundamentalismo deixou de ser um fantasma e integrou a política e o Estado. Na primeira temporada da série (2017-presente) são mostrados, a partir de *flashbacks*, os momentos principais de derrubada de direitos que se seguiram após o atentado terrorista dos “Filhos de Jacó”, no entanto antes de a “República de Gilead” tomar forma enquanto novo modelo de sociedade. De uma forma geral, as mulheres perderam direitos e autonomia, no começo através de medidas menos extremas, considerando o desenvolvimento posterior da narrativa, mesmo assim autoritárias. As mulheres tiveram suas contas bancárias congeladas, confiscadas e designadas para o homem mais próximo a elas, que na maior parte dos casos era o marido. Não poderiam administrar o seu próprio dinheiro. Seguiram-se as demissões em massa de mulheres,



que não poderiam mais trabalhar, e a perseguição a qualquer grupo de indivíduos que não estivesse mais de acordo com as regras morais e religiosas da nova sociedade, como homossexuais, intelectuais, professores, ativistas e minorias de uma forma geral.

Com o sistema social constituído por leis bíblicas baseadas no Antigo Testamento, uma sociedade patriarcal fundamentalista ergue-se na exploração do corpo feminino e da supremacia masculina em todos os níveis. Para justificar a escravização do corpo feminino fértil, a sociedade *gileadeana* vale-se da narrativa de Jacó, Raquel e da serva Bila, do capítulo 30 de Gênesis:

Vendo Raquel que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã, e disse a Jacó: Dá-me filhos, se não morro. Então se acendeu a ira de Jacó contra Raquel, e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela disse: Eis aqui minha serva Bila; coabita com ela, para que dê à luz sobre meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela. (Gênesis 30,1-3)

Dessa forma, é atribuído um estatuto divino sobre o corpo de mulheres férteis a fim de que sirvam de servas reprodutivas para os Comandantes do alto escalão e suas esposas inférteis. “Cerimônia” é como é chamado o ritual (hetero)sexual com finalidades reprodutivas envolvendo a Aia, o Comandante e a Esposa³ no qual, uma vez por mês em seu período fértil, a Aia é continuamente estuprada para que engravide e gere filhos à família. Tal ritual é imbuído de caráter religioso, além de ser mediado pela própria Esposa. É interessante mencionar que a maldição da infertilidade é imputada somente às mulheres, pois institucionalmente nunca se questiona a fertilidade dos homens.

Silvia Federici em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017) chama a atenção para o momento em que, segundo a autora:

[...] o problema da relação entre trabalho, população e acumulação de riquezas passou ao primeiro plano do debate e das estratégias políticas com a finalidade de produzir os primeiros elementos de uma política populacional e um regime de ‘biopoder’. (FEDERICI, 2017, p.169)

Para Federici, teria sido a crise populacional nas sociedades europeias entre os séculos XVI e XVII que transformou em assunto do Estado questões reprodutivas, sexuais e de

³ A sociedade *gileadeana* é composta de castas ou classes de pessoas que possuem papéis e lugares bem definidos na ordem social. Cada uma delas possui diferentes tipos de direitos, deveres e relações diversas com o poder. Dentre estas classes de pessoas estão as Aias, os Comandantes, as Esposas, as Tias, as Marthas, os Olhos, os Guardas, as Econopessoas etc. Neste artigo, nos referiremos às classes de pessoas sempre com a primeira letra em maiúscula.



crescimento populacional, e não a fome na Europa, como defendia Michel Foucault ao desenvolver a teoria do biopoder (FEDERICI, 2017). A questão é que há exemplos na história em que quedas na taxa de natalidade de determinadas populações motivaram um controle maior do Estado sobre os corpos e sexualidade dos indivíduos, bem como de questões reprodutivas, castigando comportamentos que pudessem ameaçar o crescimento populacional, como atividades homossexuais e as chamadas atividades de “bruxaria”⁴. O objetivo era, também, quebrar o controle que a mulher detinha sobre a reprodução. Nesses períodos, portanto, as mulheres acabaram por ser as mais perseguidas e controladas, pois atribuiu-se a elas a causa dos males sexuais e morais que pudessem advir do seu comportamento, sempre considerado promíscuo e ameaçador à ordem masculina⁵.

Uma das instituições mais importantes a estabelecer as medidas corretivas e a domesticação do corpo das Aias em “Gilead” é o chamado “Centro Vermelho”. Neste local, as Tias são as mulheres responsáveis pelo treinamento e gerenciamento das Aias desde o momento em que chegam à “República de Gilead” e durante todos os estágios nas casas dos Comandantes. São mulheres geralmente mais velhas, seguidoras rigorosas da fé, responsáveis por conferir o propósito divino às Aias tão fortemente que a consequência seja a recusa total de seus corpos e autonomia para a República: “Elas eram mulheres sujas. Elas eram putas. Mas vocês são garotas especiais. A fertilidade é um dom que veio diretamente de Deus. Ele deixou vocês intactas por um propósito bíblico. Como Bila serviu Raquel, vocês vão servir os líderes dos fiéis e as esposas estéreis deles”. (THE HANDMAID’S, 2017) Estas são as palavras de Tia Lydia, principal autoridade das Aias durante a primeira temporada da série de televisão. A nomenclatura utilizada para classificar as Tias remete a um estado de benevolência e condescendência familiar, e a própria atitude de Tia Lydia varia de momentos marcados por atos considerados maternos e de cuidado em contraponto a momentos de verdadeira brutalidade e rigor, infligindo castigos físicos violento às Aias, como choques elétricos e chicotadas.

⁴ Uma das causas centrais da grande perseguição às bruxas entre os séculos XVI e XVII foi a acusação de infanticídio que era atribuída às atividades de bruxaria (FEDERICI, 2017). Difundia-se que as bruxas sacrificavam crianças para a realização das suas atividades mágicas. A utilização de ervas e medicinas naturais pelas curandeiras chamadas de bruxas também foi criminalizada nesta época, tirando das mulheres o controle de métodos contraceptivos naturais.

⁵ “As provas desse argumento são circunstanciais e deve-se reconhecer que outros fatores também contribuíram para aumentar a determinação da estrutura de poder europeia dirigida a controlar de forma mais estrita a função reprodutiva das mulheres. Entre eles, devemos incluir a crescente privatização da propriedade e as relações econômicas que, dentro da burguesia, geraram uma nova ansiedade com relação à paternidade e à conduta das mulheres”. (FEDERICI, 2017, p.170)



Nesses locais, as Aias aprendem como se comportar, tanto física quanto moralmente. Há formas corretas de andar, sentar-se, lugares corretos para colocar-se as mãos, modos de dirigir o olhar. São infantilizadas através das falas das Tias e comumente chamadas de ‘meninas’ ou ‘garotas’. Assim, ao serem tratadas como seres incapazes de se autogerenciar, sua autonomia é contínua e ininterruptamente retirada até imprimirem tão fortemente a disciplina em seus corpos que não sejam necessários maiores esforços para mantê-las dentro de seus papéis.

Castigos físicos são também imputados às Aias mediante qualquer tentativa de resistência ou questionamento ao sistema ou valores morais regentes de “Gilead”. Amputações cirúrgicas de membros do corpo são comuns e legitimadas no “Centro Vermelho” como punição para essas atitudes, sob a alegação de que para o seu propósito – o reprodutor – Aias não precisam de olhos, mãos, língua ou outras partes do corpo. As mulheres férteis são reduzidas a incubadoras, receptáculos divinos. Partes de um corpo, nunca o todo: “quaisquer que sejam suas debilidades, as mulheres possuem uma virtude que anula todas elas: possuem um útero e podem dar à luz”. (KING, 1991, p. 115, apud FEDERICI, 2017, p.170)

Essa despersonalização e sujeição perpassa não somente a disciplina do corpo, mas também a própria identidade civil. As Aias perdem o direito ao próprio nome, que se torna proibido. Recebem como identificação a junção do termo da língua inglesa *of* (em português ‘de’, no sentido de pertencimento) junto com o primeiro nome do Comandante ao qual são destinadas a servir. No caso da protagonista Offred, seu nome se refere ao Comandante Fred Waterford: *of Fred*. No entanto, nem mesmo este nome lhes pertence, sendo substituído a cada casa de Comandante diferente a qual são designadas.

A raiva insurgente nas Aias é também domesticada e direcionada pelo regime em vários momentos. Um desses momentos é quando são convocadas a apedrejar um homem que havia estuprado uma Aia grávida. Esta é uma forma permitida e incentivada de rebelarem-se contra os estupros legitimados diariamente sobre seus corpos e a forma, por outro lado, de o regime domar, expurgar e docilizar essa raiva, dirigindo-a a um indivíduo que ousou fazer uso da sexualidade e corpo das Aias para o seu próprio prazer. O corpo feminino só é protegido e cultuado na circunstância de violar-se a propriedade que o Estado detém sobre ele e sobre a reprodução, já que o fato de a Aia estar grávida no momento do estupro e o feto vir a óbito é um importante agravante do caso aos olhos de todos.



É importante observar que nem todas as mulheres férteis são destinadas ao papel de Aia. As Aias são mulheres que de alguma forma infringiram anteriormente as regras morais e religiosas que regem a nova sociedade de “Gilead” e, por serem férteis, são poupadas da morte para desempenharem o papel reprodutor útil ao Estado. Offred, a protagonista da narrativa, por exemplo, foi tornada Aia por ter um relacionamento com um homem que fora anteriormente casado, visto que, nas novas regras, o divórcio e qualquer relacionamento fora do matrimônio não é permitido. Da mesma forma, tanto Moira quanto Emily são acusadas de “traição de gênero” por serem lésbicas assumidas na sociedade *pré-gileadeana*, e só são poupadas da morte ou do trabalho escravo nas chamadas “Colônias” por carregarem o “dom divino” que as mantém fértil em um mundo no qual mulheres férteis são tratadas como mercadoria.

No entanto, mesmo nesse contexto repressor, há focos de resistência que emergem no interior das estruturas de poder através de personagens que são oprimidas não só por serem mulheres, como por carregarem a especificidade de uma existência não heterossexual, ou seja, uma existência subversiva por si só:

Quando o poder é exercido sobre nosso corpo, ‘emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder’ (FOUCAULT, 1993, p.146). Buscamos, todos, formas de resposta, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições e os investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos. (LOURO, 2007, p.24)

3. As traidoras de gênero: heterossexualidade compulsória e a invisibilidade lésbica

Há, em “Gilead”, uma categoria de indivíduos denominados “traidores de gênero”. Essa é a forma como são referidos(as) os(as) homossexuais na narrativa de *O conto da Aia*, dando indícios significativos de como as categorias de gênero e sexualidade são tratadas nesta sociedade.

Ao referir-se à homossexualidade ou às pessoas que desviam da ordem heterossexual, o termo “traidores de gênero” sugere uma confusão entre as categorias de gênero e sexualidade. Indica também uma continuidade presumida ou ordem compulsória entre gênero/sexo/desejo, o que Judith Butler (2003) e Guacira Lopes Louro (2004, 2007), dentre outras autoras, chamam de heterossexualidade compulsória:



A concepção binária dos sexos, tomado como um ‘dado’ que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade, o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. (LOURO, 2004, p.81-82)

Nessa concepção, o gênero, tomado como um dado fixo e imutável, é também orientado não somente para um sexo específico como também orienta o desejo para o sexo oposto. Segundo Joan Scott, “o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (1995, p.76). Essas e outras autoras alertam para o fato de que essa ordem presumida não é, de fato, natural, senão um *continuum* de práticas que visam garantir a estabilidade dos gêneros, bem como o destino único da heterossexualidade, práticas estas bem presentes no nosso cotidiano:

As mensagens da Nova Direita dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura. (RICH, 2010, p.19)

Isso quer dizer que qualquer indivíduo que fuja a essas normas é considerado abjeto, ou, em “Gilead”, “traidor de gênero”, um *status* que vai além do puro escárnio, situando essas pessoas como inimigas do sistema:

Se, por um lado, a heterossexualidade obrigatória é uma questão de senso prático para uma comunidade que quase perdeu a capacidade de se reproduzir, por outro, a heterossexualidade imputada através do suplício é uma extensão do uso do corpo enquanto local de práticas disciplinares. (MENDES, 2007, p.144)

Adrienne Rich (2010) chama a atenção para as diversas formas de controle da consciência feminina que colocam a heterossexualidade como destino natural, dentre elas a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual e a invisibilização da existência lésbica. Segundo Rich, devemos:

[...] reconhecer que para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma ‘preferência’, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força, o que é um passo imenso a tomar se você se considera livremente heterossexual ‘de modo inato’. (RICH, 2010, p.35)



Em “Gilead”, no entanto, a heterossexualidade passa de compulsória para obrigatória, uma vez que ela não só é sugerida e imputada através de diversas práticas sociais, como é imposta por meio de estupros contínuos ou penalizada com a morte, no caso do seu não seguimento. Na sociedade *gileadeana*, com base nesse encadeamento imposto entre sexo/gênero/desejo, uma mulher só é considerada mulher se for heterossexual ou se servir aos propósitos heterossexuais. Ancorada nessa premissa, surge outro termo utilizado para designar uma categoria específica de mulheres: *unwomen*. Na tradução literal, *unwomen* significa *não-mulheres*, e estão dentro desta categoria aquelas que de alguma forma violam as leis de “Gilead” ou não possuem corpos úteis ao regime⁶: lésbicas, mulheres inférteis ou em idades não reprodutivas e que não podem desempenhar qualquer outra atividade, como também militantes ou membras da resistência. Essas mulheres são enviadas às “Colônias”, que, segundo a narrativa, é um destino pior que a morte e prioritariamente feminino. São destinadas a retirar lixo tóxico até que seu corpo se deteriore e elas acabem morrendo. O termo *unwomen* é explícito ao afirmar que uma mulher só existe enquanto mulher na medida de sua heterossexualidade presumida e de sua capacidade reprodutiva, vinculando a existência feminina ao uso de seu corpo e sua sexualidade para a geração de crianças. Não há indivíduo por trás do corpo. Não há, portanto, direitos individuais, já que nem o corpo quando útil ao regime lhes pertence.

O poder, no entanto, precisa de alguma forma incorporar aquilo que pode ser ameaçador ao funcionamento do regime para conseguir se manter a longo prazo. Dessa forma, algumas mulheres que oferecem resistência (dentre elas as mulheres lésbicas) podem ‘optar’ entre serem mandadas para as “Colônias” – onde a morte é certa e dolorosa – ou trabalharem em uma casa de prostituição mantida pelo próprio regime: a “Casa de Jezebel”. Dessa maneira, o governo resolve dois problemas: esconde possíveis focos de resistência que poderiam se propagar e monopoliza o prazer como válvula de escape de uma sociedade que condena publicamente atividades sexuais que não tenham caráter reprodutivo (até mesmo entre Comandantes e Esposas).

O prazer do poder, ou melhor, o poder do poder é a possibilidade de quebrar as regras de conduta que regem a comunidade. O clube Jezebel, simultaneamente proibido e gerido pelo regime, demonstra o poder que a elite detém no acesso ao prazer, impedindo o resto

⁶ É necessário estabelecer um recorte de classe. As Esposas dos Comandantes, mulheres das classes sociais mais altas, mesmo não possuindo corpos úteis ao regime, pois são inférteis, são mantidas (desde que obedientes) como modelos figurativos a sustentar os pilares da sociedade patriarcal: o matrimônio, a heterossexualidade e a família nuclear. Mulheres de classes mais baixas, mas que não tenham desobedecido nenhuma regra do regime são classificadas como *Econoesposas* e designadas a casarem-se com os trabalhadores como recompensa pelo bom comportamento destes. Nesse último caso, sua existência e seus corpos também estão vinculados ao uso masculino e à manutenção de uma sociedade produtiva e obediente.



dos cidadãos de usufruir da satisfação do prazer enquanto os poderosos estão fora do alcance das leis puritanas da República. (MENDES, 2007, p.143)

Federici (2017) observa que em meados do século XV as autoridades europeias lançaram mão de uma política sexual que, além da descriminalização e banalização do estupro (no caso de a vítima ser das classes baixas), institucionalizou a prostituição com a finalidade de dissolver protestos dos trabalhadores rebeldes. Bordéis municipais geridos com dinheiro público foram implantados em toda a Europa não só como um “remédio útil contra a juventude proletária” (FEDERICI, 2017, p.105), mas também como solução para a homossexualidade masculina com vistas em aumentar a natalidade e abolir comportamentos sexuais não ortodoxos. A prostituição era vista como um serviço público:

Até mesmo a Igreja chegou a ver a prostituição como uma atividade legítima. Acreditava-se que o bordel administrado pelo Estado provia um antídoto contra as práticas sexuais orgiásticas das seitas hereges, e que era um remédio para a sodomia, assim como também era visto como um meio para proteger a vida familiar. (FEDERICI, 2017, p.106)

O Estado busca, portanto, conforme suas necessidades, incorporar a prostituição com a finalidade de domar as forças do prazer, além de tentar domesticar e, por fim, corrigir comportamentos homossexuais que possam ser ameaçadores à ordem heterocentrada. Já no século XVI, a prostituição foi novamente criminalizada com severas penas para as prostitutas, o que é resultado de um crescente clima de misoginia após a Reforma Protestante e em meio à caça às bruxas.

Para Adrienne Rich, uma das formas de reforço da heterossexualidade para as mulheres é, justamente, invisibilizar a existência lésbica, “um continente engolfado que emerge à nossa vista de modo fragmentado de tempos em tempos para, depois, voltar a ser submerso novamente” (2010, p.34). Para as mulheres, o reforço da heterossexualidade também pode significar uma forma de “assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas” (RICH, 2010, p.34). Nesse sentido, ser lésbica em uma sociedade patriarcal em que só o masculino é valorizado é uma recusa direta a todos os valores dessa sociedade e, como tanto, carrega o poder desarticulador da realidade social e política heterocentrada baseada no controle sexual em que as mulheres estão inseridas, podendo representar uma recusa desse modo compulsório de vida.



4. A existência lésbica como agente de resistência: Moira e Emily

Resistência é um grande tema no presente ensaio e no próprio estudo da vida das mulheres, se sabemos o que estamos procurando. (RICH, 2010, p.21)

Adrienne Rich, em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (2010), levanta importantes questões sobre o apagamento do que a autora chama de “existência lésbica” no pensamento feminista, bem como nas relações sociais e de gênero, e as possíveis consequências desse apagamento para a vida das mulheres em geral. Para Rich, este seria um dos principais meios pelos quais a heterossexualidade se mantém como modo compulsório e naturalizado de sexualidade:

A suposição de que ‘a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato’ coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo. Permanece como uma suposição defensável, em parte porque a existência lésbica tem sido apagada da história ou catalogada como doença, em parte porque tem sido tratada como algo excepcional, mais do que intrínseco. (RICH, 2010, p.35)

Rich usa o termo *continuum lésbico* para sugerir não só um campo de luta por uma maior visibilidade para a experiência lésbica na história e na cultura, mas também sugerir que essa presença seja acompanhada do pensamento crítico gerador de significado para essas experiências. A autora critica, também, uma vinculação errônea da existência lésbica com a homossexualidade masculina, com estilos de vida alternativos ou considerados não-naturais, sob pena de apagar mais uma vez as especificidades da existência feminina:

Percebo a experiência lésbica a ser, tal como a maternidade, uma experiência profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares, que não podemos compreender quando nós a agrupamos simplesmente com outras existências sexualmente estigmatizadas. Da mesma forma que o termo os pais serve para esconder a realidade particular e significativa de ser uma mãe, o termo gay pode servir ao propósito de obscurecer os próprios contornos que precisamos discernir, que são de valor crucial para o feminismo e para a liberdade das mulheres como um grupo. (RICH, 2010, p.36)

O que Rich parece sugerir não é que se condene todos os relacionamentos heterossexuais ou, de outro modo, se transforme a homossexualidade feminina em um modelo ideal a ser seguido. Antes disso, Rich procura ampliar a ideia da existência lésbica para além do caráter erótico ou sexual, chamando a atenção para a possibilidade de que sua visibilidade como um modo de existência possível desperte a ideia de uma união e identificação consciente entre as mulheres.



Nesse sentido, não só a presença das personagens assumidamente lésbicas em *O conto da Aia* seria uma forma de resistência, como o arco narrativo dessas personagens na série de televisão também poderia indicar que a existência lésbica carrega o poder de recusa de um modo compulsório de vida baseado no controle patriarcal dos corpos femininos, podendo representar um empoderamento feminino de forma geral:

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. (RICH, 2010, p.36)

4.1 Moira: uma influência corrompedora

Moira é apresentada no primeiro episódio da série já no “Centro Vermelho” sendo treinada para ser uma Aia. Por meio de *flashbacks*, fica evidente que ela e a protagonista Offred eram amigas antes do golpe e que Moira se relacionava com outra mulher casualmente nos tempos *pré-gileadeanos*.

O primeiro ato de resistência ao encarceramento dos corpos e aos mecanismos disciplinares de “Gilead” mostrado na série parte justamente de Moira no quarto episódio da primeira temporada. A personagem ataca e prende uma das Tias, roubando-lhe o uniforme⁷ para fugir sem que seja percebida como uma Aia. A personagem é a única que, após chegar ao “Centro Vermelho” e ser designada como Aia, nunca chega, de fato, a se tornar uma.

Por muito tempo, Offred acredita que sua amiga havia sido pega na fuga e enviada às “Colônias” ou sido assassinada. Surpreende-se ao encontrar Moira, no episódio oito, na “Casa de Jezebel” trabalhando como prostituta. Moira explica que não foi levada de volta ao “Centro Vermelho”, pois, nas palavras dela, “seria uma influência corrompedora” para as outras Aias. Após passar por interrogatório, deram-lhe duas escolhas: as “Colônias” ou a “Casa de Jezebel”. Escolheu, então, trabalhar como prostituta para escapar da morte.

⁷ Cada classe de mulheres em *Gilead* possui tipos e cores diferentes de vestes para que possam ser identificadas facilmente em caso de burlarem alguma regra. As Tias usam uniformes marrons. Aias vestem vermelho vivo com toucas brancas limitando-lhes a visão. Esposas usam vestidos azul turquesa e as chamadas Marthas, empregadas e governantas das famílias da alta classe, vestem verde acinzentado e opaco. Ainda, as Econoesposas usam vestes simples na cor cinza.



Fica claro que o regime procura gerenciar e domar qualquer possível foco de resistência evitando que se propague e mobilize mais pessoas. Nesse sentido, não levá-la de volta ao “Centro Vermelho” é impedir que sua figura e sua atitude perante o sistema represente um empoderamento feminino dentro dos centros de controle. As opções são extirpar a ‘fruta podre’ ou incorporá-la ao sistema de forma que não somente sirva aos propósitos menos puritanos do regime, como contente-se com certos ‘privilégios’ que são dados para as mulheres nessa posição. Nas palavras de Moira: “Tem todas as bebidas e drogas, a comida é boa, só trabalhamos à noite. Não é tão ruim”. (THE HANDMAID’S, 2017)

Para o poder, é sempre preferível normalizar a eliminar irreversivelmente: Jezebel, local de prevaricações controláveis, torna-se reeducador à semelhança do *Red Center*. A ameaça de se tornar um exemplo para disciplinar outras leva ao conformismo e perpetua a legitimidade do controle policial sobre os indivíduos. (MENDES, 2007, p.147)

O regime alcança seu objetivo quando a resistência de Moira é enfraquecida e a própria personagem se recusa a fugir, dizendo para Offred: “Desista de fugir. Estamos em ‘Gilead’, ninguém foge”. (THE HANDMAID’S, 2017) Fica evidente que a destruição de uma possível união entre as mulheres tem justamente o efeito de fazê-las acreditar que não há saída ou remédio para a sua situação, pois, segundo Moira: “Estamos sozinhas. Cuide de si mesma”.

No episódio nove, Offred volta à “Casa de Jezebel” com a missão de pedir ajuda para Moira a fim de que repasse um pacote aos membros da resistência que estão aguardando, ao que Moira se recusa veementemente: “Se não percebeu, eu sou uma prisioneira e puta”. Offred insiste: “Moira, não deixe que te ponham para baixo. Agente firme. Lute!”. (THE HANDMAID’S, 2017) Após esse encontro e talvez motivado por ele e pelas pavoras da amiga, Moira foge da “Casa de Jezebel” matando um cliente com uma faca e roubando um furgão. Mais tarde, consegue atravessar a fronteira para o Canadá, sendo a primeira mulher pertencente ao núcleo principal que consegue fugir de “Gilead”.

4.2 Emily: você não vai querer o que não pode ter

Emily (*Ofglen*, como é inicialmente identificada enquanto Aia pertencente ao Comandante Glen, e mais tarde *Ofsteven*, quando é designada ao Comandante Steven) era uma professora universitária casada com uma mulher nos tempos *pré-gileadeanos*. Após o golpe, Emily descobre que seu casamento não tinha mais validade alguma, pois todas as uniões matrimoniais que não estavam de acordo com as normas da nova sociedade tinham sido



anuladas. Emily era uma “traidora de gênero” e, portanto, sua existência ia contra as normas morais do “Gilead”. No entanto, como era fértil e seu corpo útil ao Estado, foi poupada da morte e transformada em Aia: “Eu tinha dois bons ovários. Então foram gentis de ignorar meus pecados anteriores”. (THE HANDMAID’S, 2017) Sua esposa e seu filho conseguiram atravessar a fronteira para o Canadá, pois possuíam passaportes canadenses.

Emily é a primeira parceira de compras de Offred com quem a protagonista estabelece um contato inicialmente superficial. Esse contato comedido e carregado de frases bíblicas entre as Aias nas poucas oportunidades que possuem de se encontrar, é fruto dos mecanismos disciplinares de “Gilead”. Estes fazem com que o olhar institucional seja cada vez menos necessário na medida em que a crença umas nas outras diminui e a autovigilância e a camuflagem dentro das normas do regime se tornam as principais formas de sobrevivência, ou como expressa Offred, “ela é minha espiã e eu sou a dela”. (THE HANDMAID’S, 2017) Mais tarde, ao perceber que Emily não era uma seguidora do regime como parecia ser, confessa a ela seu medo e Emily responde: “Eu também pensei isso de você. Muito devota. Eles fazem isso muito bem. Fazem-nos desconfiar uma das outras”.

Emily torna-se o primeiro contato da protagonista com a rede de resistência ao regime chamada *Mayday*, da qual Offred não fazia ideia da existência até aquele momento. No entanto, descobre-se já no episódio três que Emily foi descoberta por manter um relacionamento com uma Martha. Na fala de Tia Lydia, que interroga Offred buscando informações sobre Emily, fica evidente o caráter de abjeção atribuído aos homossexuais, em especial às lésbicas: “Aquela menina, aquela coisa, era uma ofensa a Deus. Ela era um animal repugnante”. (THE HANDMAID’S, 2017)

Emily foi julgada em uma corte, acusada de “traição de gênero” e sua existência categorizada como “uma abominação”. Como punição, sua amante foi enforcada na sua frente e Emily, conduzida para um hospital onde realizam uma cirurgia de clitoridectomia, mutilação genital de retirada do clitóris. A mutilação serve não somente como tentativa de domar a sexualidade perigosa ao sistema, numa concepção que acredita dessa forma eliminar o desejo sexual, mas também para produzir em Emily um dano psicológico e mental que a impeça de constituir resistência aos esforços de domesticação do seu corpo. Nas palavras de Tia Lydia, “você não vai querer o que não pode ter”. (THE HANDMAID’S, 2017)



Considerando sua finalidade reprodutiva, novamente a personagem tem a vida poupada e, diferente de Moira, é reintegrada ao grupo das Aias e designada à casa de um novo Comandante, Steven. Aparentemente o objetivo de repressão é atingido através das medidas disciplinares exercidas sobre seu corpo e mente. Até mesmo outras Aias começam a manter distância de Emily (agora OfSteven) por ela ser considerada “perigosa demais”. No entanto, após um período em que se mantém apática, Emily aproveita a distração dos guardas e rouba um dos carros oficiais em frente ao grupo de Aias que realizava compras em uma feira local, atropelando e matando um guarda de propósito. A atitude, apesar de inconsequente, representa para as Aias, naquele momento, um ato empoderador. Muitas delas observam a cena com semblantes que variam da surpresa à aprovação entusiasmada, já que atitudes subversivas públicas não são comuns em “Gilead”.

Após esse último ato simbólico de resistência, Emily é enviada para as “Colônias” onde representa, na segunda temporada da série, um importante papel de cuidado das mulheres.

5. Considerações finais

Através da análise do arco narrativo das personagens Moira e Emily durante a primeira temporada da série de televisão inspirada na narrativa de *O conto da Aia*, é importante notar que elas se constituem, cada uma, como centro dos principais focos de resistência contra o regime e contra o domínio sexual dos corpos das mulheres que são apresentados nesta temporada. É importante notar também o quanto o poder disciplinar busca formas de domesticá-las e torná-las dóceis ao regime de imposições inferido sobre seus corpos, incorporando-as de diferentes formas ao sistema e tirando-as do convívio das outras mulheres, pois sua existência ameaça as estruturas de poder. Construir sentido sobre essas personagens e suas narrativas é uma forma de resistir contra o apagamento da existência lésbica na história, na cultura, na política e no pensamento acadêmico.

O conto da Aia é um exemplo narrativo literal de como os limites entre o público e o privado podem se dissipar e de como questões de sexualidade são efetivamente assuntos políticos. Nesse contexto, mas também no contexto político e social em que vivemos, um dos meios de reforço da heterossexualidade desejada pelo Estado é o apagamento histórico e político de existências que fogem da norma de sexualidade. Esses esforços têm acompanhado o desenvolvimento da humanidade nas mais diferentes épocas e contextos históricos, no entanto, dentro do recorte da homossexualidade, as especificidades da homossexualidade feminina são



ainda mais apagadas e mulheres nessa condição sofrem uma dupla opressão: por serem mulheres e por serem lésbicas. Evidentemente, há outras formas de opressão às quais este trabalho não se ateve por conta de recorte e limites analíticos, como questões de classe, raça e etnia que, no entanto, são também importantes marcadores que delimitam ainda mais as vivências de mulheres em condição de subordinação.

A existência lésbica pode ser encarada como uma forma de recusa aos valores patriarcais que dão aos homens acesso irrestrito ao corpo e à sexualidade das mulheres e como um questionamento do caráter natural e fixo atribuído à heterossexualidade. Nesse sentido, ser lésbica em uma sociedade patriarcal calcada na supremacia dos valores masculinos e no controle sexual dos corpos das mulheres pode representar um importante ato de resistência a esses valores:

A identificação entre mulheres é uma fonte de energia e de poder feminino potencial, contido e minimizado pela instituição da heterossexualidade. A negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas aliadas, companheiras de vida e de comunidade, ao se obrigar que tais relações sejam dissimuladas e até desintegradas sob intensa pressão tem representado uma perda incalculável do poder de todas as mulheres em mudar as relações sociais entre os sexos e de cada uma de nós se libertar. (RICH, 2010, p.40)

A sociedade patriarcal sabe que a união e identificação consciente entre as mulheres podem constituir uma força de resistência aos seus valores. Esse é um dos motivos pelos quais tais uniões são contidas e minimizadas, principalmente em momentos nos quais a sociedade atravessa regimes autoritários. Nas palavras de Offred: “Existe um ‘nós’? [...] Agora tem que existir um ‘nós’. Porque agora há ‘eles’”. (THE HANDMAID’S, 2017)

Referências

- ATWOOD, M. (1985). *O conto da Aia*. Tradução: Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- GÊNESIS. *Bíblia Sagrada*. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Editora Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- HANISCH, C. The Personal is Political. In: FIRESTONE, Shulamith. KOEDT, Anne. *Notes from the Second Year: Women's Liberation*, New York: Radical Feminism, 1970.
- KING, M. L. *A mulher do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- LOURO, G.L. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, G.L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G.L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-34.
- MENDES, A.C. The Bone of Contention: Prazeres-Desejos do Corpo em *The Handmaid's Tale* de Margaret Atwood. *Revista Anglo-saxonica*. Série II, n.25, 2007, p. 135-149.
- PEREIRA, M.B. Modernidade, fundamentalismo e pós-modernidade. *Revista Filosófica de Coimbra* – 2, 1992. p. 205-263.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Revista Bagoas*, n.5, 2010. p. 17-44.
- SARDENBERG, C.M.B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inc.Soc.*, Brasília, v.11, n.2, jan/jun 2018. p. 15-29.
- SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 20, v2, jul/dez, 1995, p. 71-100.
- THE HANDMAID'S Tale. Criação: Bruce Miller. Los Angeles: Hulu, 2017-presente.

